

## **UM RELATO HISTÓRICO DA AUSTERIDADE NO REINO UNIDO: RASTREANDO AS ORIGENS, AS MODALIDADES E OS DIFERENTES EFEITOS DA AUSTERIDADE NA VIDA DAS MULHERES<sup>1</sup>**

**A Historical account of UK Austerity: Tracing austerity's origins, modalities,  
and differential effects on women's lives**

Vicki Dabrowski<sup>2</sup>

### **Resumo**

Este artigo tem como foco o quadro da política de austeridade do Reino Unido, questionando e traçando suas origens, modalidades e efeitos globais no contexto do Reino Unido. Fazemos isso desvelando as várias formas pelas quais o estado, em diferentes momentos e em diferentes formações estatais, implementou formas específicas de austeridade. Através desta análise, este artigo chama a atenção para as características morais, políticas e econômicas da austeridade nessas formas particulares. Com um foco particular sobre a gênese da austeridade em diferentes momentos de crise, este artigo destaca o papel das mulheres nesses períodos e explora as várias maneiras pelas quais elas têm suportado o peso do projeto de austeridade. É através desta análise que este artigo demonstra a importância de conectar a austeridade contemporânea com seus legados históricos. Meu argumento é que isso permite uma compreensão mais rica da austeridade como um projeto econômico-político-moral, e mais especificamente, desvela as reivindicações de gênero, seus processos e efeitos nesses diferentes períodos e formações estatais.

**Palavras-chave:** Austeridade; projeto econômico-político-moral; Estado; Gênero; Reino Unido.

### **Abstract**

This article focuses on the framework of UK austerity politics, interrogating and tracing its origins, modalities, and overall effects, within a UK context. It does this by unpacking the various ways by which the state, at different times, and in different state formations, has implemented specific forms of austerity. Through such an analysis, this article draws attention to the moral, political, and economic features of austerity in these particular forms. Particularly focusing on the gendering of austerity during different times of crisis, this article highlights women's roles within these periods, and explores the various ways by which they have borne the brunt of the austerity project. It is through such an analysis, that this article illustrates the importance of connecting austerity in the contemporary with its historical legacies. This, I argue, allows for a richer understanding of austerity, as moral-political-economic project, and more specifically, unpacks the gendered claims, processes, and effects within these different times, and state formations.

**Key words:** Austerity; moral-political-economic project; state; gender; UK.

---

<sup>1</sup> Tradução do original (inglês) por Breilla Zanon, doutoranda em Sociologia na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

<sup>2</sup> Professora do Departamento de Direito, da Middlesex University, Londres. E-mail: v.dabrowski@mdx.ac.uk.

## **Introdução**

De acordo com o dicionário Merriam-Webster, “austeridade” foi nomeada a palavra do ano, em 2010, no Reino Unido, devido ao alto número de buscas na web que a palavra gerou. Como afirmou o presidente e editor do dicionário, “austeridade tinha mais de 250 mil pesquisas na ferramenta on-line [website] gratuita do dicionário” e o aumento das buscas aumentou com a chamada crise da dívida pública (DICIONÁRIO MERRIAM-WEBSTER ON-LINE, 2010). Mas o que é austeridade? De onde ela vem? E como isso afeta as vidas das pessoas? Este artigo explora o quadro histórico da política de austeridade, questionando e rastreando suas origens, modalidades e efeitos globais, dentro do contexto do Reino Unido. O objetivo é desvelar as diversas formas pelas quais o estado, em diferentes momentos e em suas diferentes formações, implementou formas particulares de austeridade, dando destaque a suas características morais, políticas e econômicas e efeitos sobre o gênero. Argumento que, ao conectar a austeridade contemporânea com seus legados históricos, podemos ter uma compreensão mais completa da austeridade como um projeto econômico-político-moral. Mais especificamente, permite uma compreensão mais rica das reivindicações de gênero, seus processos e efeitos nesses diferentes períodos e formações estatais.

Este artigo começa definindo os conceitos de neoliberalismo e austeridade. Em seguida, situa a crise em relação aos processos históricos de reestruturação social, econômica e política desde o início intelectual da austeridade no início do século XVII até os dias atuais. Com base especificamente nas crises dos anos 1930 e 1970, essa seção destaca os efeitos de gênero da crise sobre as mulheres, apontando suas (diferentes) experiências. A última seção deste artigo desvela a agenda atual de austeridade, detalhando suas características morais, políticas e econômicas. Desafiando as ortodoxias econômicas sobre a natureza da crise e as respostas políticas, eu descarto os pressupostos normativos que sustentam que o momento presente se enquadra a uma crise extraordinária e que a austeridade seria uma resposta precisa e necessária a tal momento. Eu argumento então que a ideia de um déficit estrutural tem uma função

político-moral, um conceito que serve para legitimar o corte de empréstimos. Uma vez que o contexto foi estabelecido, o restante do capítulo explorará os efeitos particulares sob a questão de gênero, particularmente sobre as mulheres, provocados pela crise.

### **A relação entre austeridade e neoliberalismo**

Com o intuito de esboçar o processo histórico pelo qual o neoliberalismo e com ele, uma forma específica de austeridade, aumentou sua influência, primeiro é necessário esclarecer o significado de ambos os conceitos. Quando a crise financeira desencadeou em 2008, muitos discutiram o tempo de vida do neoliberalismo. Como Will Davies observou, a crise financeira global que começou em 2007 foi considerada a princípio como um evento que marcaria o fim da era neoliberal (2014, também vê MIROWSKI, 2013), mas mesmo assim, ele argumenta, podemos ver que crise só fortaleceu o projeto neoliberal. Concordando com Davies, argumento que esta observação - que a crise marcou o fim do neoliberalismo - não consegue entender e subestima as características do neoliberalismo. Como Pierre Dardot e Christian Laval argumentam em *The New Ways of the World: On Neoliberal Society* (2013, p. 1) “erradicar o caráter do neoliberalismo, ignorar sua história e perder suas profundas fontes sociais e subjetivas, seria condenar-se a cegueira e impotência diante de desenvolvimentos que logo se seguiram”. Eles continuam a dizer “longe de prejudicar as políticas neoliberais, a crise levou a seu reforço dramático na forma de planos de austeridade implementados por estados cada vez mais ativos na promoção da lógica da concorrência nos mercados financeiros” (ibid)<sup>3</sup>.

Acredita-se que o termo “neoliberalismo” tenha se originado na década de 1930 com o trabalho de Arthur Rüstow e do Colóquio Walter Lippmann - um encontro internacional de teóricos liberais, incluindo Friedrich Hayek e Ludwig von Mises - (GILBERT, 2013, 7; ver também DAVIES, 2014; GANE, 2014; MIROWSKI; PLEHWE, 2009; FOUCAULT, 2008). Embora o termo em si tenha sido raramente usado nas décadas que se seguiram, após a crise na elaboração de políticas keynesianas no início da década de 1970, as ideias

---

<sup>3</sup> Tradução livre e direta do inglês.

neoliberais ganharam rapidamente maior legitimidade intelectual e política, especialmente nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha (DAVIES, 2014). Embora esteja além do objetivo deste artigo discutir a longa história do neoliberalismo, é importante definir o próprio termo. Até hoje, como observa de maneira precisa Terry Flew (2015), “o neoliberalismo tornou-se um termo explicativo para definir quase tudo, embora de certo ângulo crítico”<sup>4</sup>. Isso resulta em um neoliberalismo tendendo a se tornar, nos termos de Bob Jessop, um “conceito caótico” (2014). Aihwa Ong afirma que “o neoliberalismo parece significar muitas coisas diferentes, dependendo do ponto de vista e interesse de uma pessoa” (2006, p. 1). Por exemplo, Elizabeth Bernstein e Janet Jakobsen (2013) salientam que pode ser entendida como um conjunto de políticas econômicas, como um projeto político, ou como um período de tempo que enquadra tanto a economia como a política, incluindo as últimas décadas do século XX e as primeiras décadas do século XXI.

Embora esses períodos variem<sup>5</sup>, muitos estudiosos localizam o início do neoliberalismo na década de 1970. No entanto, as grandes escolas de pensamento que debatem o neoliberalismo tendem a reforçar distinções ao invés de fazer conexões. As ênfases das teorias do neoliberalismo também diferem. Para os neo-marxistas, como David Harvey (2005), o neoliberalismo é entendido como uma agenda de redistribuição econômica ascendente, caracterizada por políticas de ajuste estrutural que vêm sendo aplicadas pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial, tendo como alvo as economias de países da América Latina, Ásia e, desde 2008, da Europa. Para os neo-foucaultianos, como Wendy Brown (2005) e Nikolas Rose (1999), o neoliberalismo foi imaginado como um projeto cultural, pressupondo uma mudança em direção a governamentalidades que fundem os imperativos do mercado e do Estado e que produzem “sujeitos coerentes”, auto-regulados, que incorporam ideais de responsabilidade individual (veja também Dardot e

---

<sup>4</sup> Também ver Gamble, 2001

<sup>5</sup> David Harvey, por exemplo, situa a manifestação do neoliberalismo nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha durante 1978-1980. Outros teóricos, como Marcus Taylor (2006) e Naomi Klein (2007) situam o advento do neoliberalismo mais cedo, com a derrubada de Salvador Allende como presidente do Chile em 1973 e a imposição de novas políticas econômicas promovidas pela Escola de Chicago de pensamento econômico (BERNSTEIN; JAKOBSEN, 2012).

Laval, 2013). Para Loïc Wacquant (2010, 2012), que se baseia no trabalho de Pierre Bourdieu (1994), o neoliberalismo é invocado como um novo modo de “astúcia estatal”, vendo a privatização de bens e serviços que até então eram públicos, como uma transição do estado de bem-estar para um estado carcerário/penal<sup>6</sup>, e o aumento de novas instituições governamentais (incluindo ONGs e entidades corporativas) como suas principais características. Teresa Gowan (2012) destaca os usos contraditórios do termo “neoliberalismo”, observando como diferentes linhagens teóricas “baseadas em ideias fundamentalmente diferentes sobre a natureza do poder político, mal dialogam umas com as outras” (n.p.). Ela sugere que algumas dessas contradições podem ser resolvidas de forma útil ao trazer relações entre alguns desses quadros teóricos por meio de uma investigação minuciosa a respeito de questões substantivas. Tendo isso em mente, argumento que o neoliberalismo pode ser visto como uma forma de economia macro-política que ajuda a redistribuir a riqueza de forma ascendente (HARVEY, 2005), mas também como um projeto cultural, criando um novo sujeito auto-responsável (Foucault, 2008) ou o que Bourdieu (1999) chamaria de “doxa”<sup>7</sup>, resultando em um estado punitivo (WACQUANT, 2010, 2012).

Meu argumento é que a austeridade serve para aprofundar e ampliar o neoliberalismo em todos os aspectos. Como uma resposta política à crise, ela se encaixa aos objetivos mais abrangentes do neoliberalismo, que é redistribuir riqueza e renda de maneira ascendente, aumentando assim o poder das elites corporativas e políticas, produzindo “bons” sujeitos austeros e auto-responsáveis, ao mesmo tempo em que trama uma forma mais firme de “astúcia estatal”. No sentido econômico, é uma “forma de deflação voluntária em que a economia se ajusta por meio da redução dos salários, dos preços e dos gastos públicos para restaurar a competitividade, o que é (supostamente) melhor alcançado através da redução do orçamento, dívidas e déficits dos estados” (BLYTH, 2012, p. 2). No entanto, é importante afastar-se da concepção crítica dominante de austeridade, como em primeiro lugar,

---

<sup>6</sup> Um "estado carceral" é um estado inspirado na ideia de uma prisão. Ele impõe limites físicos para ganhar o controle do espaço urbano.

<sup>7</sup> Doxa 'é um termo usado por Bourdieu (1994) para classificar o que é considerado como adquirido. Para Bourdieu, é quando "o mundo natural e social aparece como evidente por si só" (1994, p. 160).

e às vezes, exclusivamente, um procedimento econômico (BRAMALL, 2013). Também é necessário que a austeridade seja vista como tendo uma dimensão ideológica. Como John Clarke e Janet Newman argumentaram, a crise financeira pode ter começado a parecer um problema econômico, mas, no Reino Unido, foi “reformulado ideologicamente” no problema político sobre “como atribuir culpa e responsabilidade”. Esta reformulação tem focado em “no peso e nos gastos do estado de bem-estar e do setor público ao invés das estratégias de alto risco dos bancos como a causa fundamental da crise” (CLARKE; NEWMAN, 2012, p. 300, também ver Biressi e Nunn, 2013). Parece vital, então, reconhecer a austeridade tanto como política econômica como um fenômeno ideológico complexo, para que assim possamos explorar suas políticas econômicas e culturais (JENSEN, 2012, p. 23) e compreender a interpenetração da cultura e da economia neste contexto (DU GAY, 1997, p. 2), a fim de nos permitir compreender melhor como isso ajuda a ampliar o alcance do neoliberalismo.

### **Uma (breve) história da austeridade**

Tendo discutido várias abordagens dos conceitos de neoliberalismo e austeridade, esta seção do artigo irá situar a crise em relação aos processos históricos de reestruturação social, econômica e política desde a sua criação intelectual durante o século XVII até os dias atuais. Como Mark Blyth discutiu em seu livro *Austerity*, “para uma idéia tão central para a governança de estados e mercados, a história intelectual da austeridade é curta e superficial” (2013, p. 99). Não se mostrando como uma política real até o século vinte, David Colander (2012) argumenta que a austeridade deve ser chamada de “sensibilidade” que vem sendo incorporada na economia liberal desde o início, onde a austeridade é dada como a resposta padrão para a questão “o que devemos fazer quando os mercados falharem”? Essa “sensibilidade” emergiu ao longo do tempo como uma consequência derivada de outras crenças compartilhadas que diziam respeito a natureza e o papel do Estado na vida econômica, e que era o cerne do pensamento econômico liberal. Essa ideia dominou o início do século XX, mas foi a partir da Depressão de 1930 e do fracasso das políticas de austeridade em promover o

crescimento e a recuperação que essa alternativa passou a ser ouvida. Contudo, a nostalgia por políticas de austeridade nunca desapareceu, e isso pode ser visto com a crise atual trazendo argumentos semelhantes a de períodos anteriores. Com base na história intelectual da austeridade, esta seção do artigo observa, portanto, por que e como a austeridade continua a dominar a conversa. Como Albert Hirschman observou uma vez, quando os mesmos argumentos são repetidos com quase nenhuma modificação por mais de 300 anos, independentemente de qualquer fator contrário que os impacte, é bom que o mantenhamos sob suspeita (apud BLYTH, 2013, p. 100). Além disso, esta parte enfatizará particularmente a experiência das mulheres nessas duas crises principais e períodos subsequentes de austeridade.

Voltando à pré-história da austeridade e ao início do século XVII, ideias de pensadores liberais como John Locke, David Hume e Adam Smith a respeito do papel do Estado, prepararam o caminho para essa “sensibilidade”. Ao estabelecer os mercados como o antídoto para o Estado, os liberais econômicos aos acreditarem na lei natural, no livre comércio, na propriedade privada, nas virtudes do equilíbrio do mercado, lutaram para admitir a necessidade de estados para a criação e preservação dos mercados. No entanto, deve-se notar que houve contínuos desentendimentos entre esses primeiros pensadores sobre a relação entre mercado e estado, e foi essa preocupação que criou as condições para o surgimento da austeridade como uma doutrina econômica distinta - quando os estados se tornam entidades orçamentárias grande o bastante para garantir seu próprio direito aos cortes (DARDOT; LAVAL, 2013; BLYTH, 2013).

Os economistas liberais do século XIX se basearam nas ideias de Locke, Hobbes e Smith. No entanto, os debates sobre o papel do Estado permaneceram. As tensões entre dois tipos de liberalismo - a dos reformadores sociais, que defendia o ideal do bem comum (como Alexis Tocqueville e John Stuart Mill), e a dos os defensores da liberdade individual como um fim absoluto (como Herbert Spencer e David Ricardo) - permaneceram entre 1880 e 1930 (DARDOT; LAVAL, 2013). No entanto, assim como foi discutido por Peter Evans e William H. Sewell Jr (2013), o Estado já havia começado a

mudar seu papel na Grã-Bretanha. Devido ao sucesso do capitalismo, surgiram diversos movimentos sociais, trazendo consigo demandas de representação política, compensação econômica e proteção social. Como Dardot e Laval explicaram, foi exatamente o sucesso do capitalismo que empurrou o liberalismo para a “crise” - a necessidade prática de intervenção do governo para enfrentar as mudanças organizacionais no capitalismo, conflitos de classe que ameaçavam a “propriedade privada” - bem como o novo equilíbrio internacional do poder (2013, p. 22).

Adotou-se um “novo liberalismo”, baseado na observação da incapacidade do dogma liberal para redefinir novos limites para a intervenção do governo. A partir da Primeira Guerra Mundial, os estados assumiram um papel crescente nas economias. No entanto, a resposta do tesouro às crises da década de 1920 manteve-se liberal e austera. O papel da austeridade em resposta à crise foi reforçado na década de 1930 por meio de tentativas de resolver a catastrófica crise econômica da Grande Depressão<sup>8</sup> do Reino Unido (EVANS; SEWELL JR, 2013, p. 8). O Tesouro propôs uma série de programas de trabalho temporário para ajudar a aliviar o desemprego em massa, mas o governo ainda assim manteve a posição central de redução de gastos e contração monetária. Como Bill Janeway argumenta “o poder restritivo das ideias de austeridade persistiu: o medo de perda de confiança, ainda limitava a ação de um governo isento de mudanças financeiras e políticas externas” (apud BLYTH, 2013, p. 125).

A imagem icônica da Depressão é a do “Homem esquecido”: o trabalhador que acabara de se tornar pobre, com baixa mobilidade, desempregado, muitas vezes de pé em uma fila para comprar pães. No entanto, a crise de 1929, a recessão e a depressão subsequente tiveram um impacto mais significativo sobre mulheres. Em 1931, o desemprego atingiu quase 3 milhões - 23 por cento dos trabalhadores do sexo masculino e 20 por cento das mulheres trabalhadoras estavam sem emprego (TODD, 2014, p. 6-7). As áreas industriais e mineradoras no norte da Inglaterra, Escócia,

---

<sup>8</sup> A crise financeira nos EUA levou ao colapso da maior, mais rica e mais poderosa economia do mundo. A Grã-Bretanha, a Europa e muitas potências industriais do mundo dependiam dos empréstimos e do comércio dos EUA. Quando essa economia quebrou, o mesmo aconteceu com elas. A queda das produções e comércio no mundo durou mais e foi mais profunda do que muitos governos imaginaram.



Irlanda do Norte e País de Gales em particular, foram áreas fortemente atingidas por problemas econômicos. Em 1938, a taxa de desemprego em cada uma das básicas indústrias pesadas de carvão, algodão, construção naval e aço era o dobro em relação às outras formas de emprego. Nessas áreas, e nessas indústrias, o desemprego tornou-se um modo de vida inevitável.

Embora a crise tenha desencadeado o desemprego em massa, a resposta do governo à crise foi a redução de custos. O primeiro alvo desses cortes foi os benefícios pagos aos desempregados<sup>9</sup>, tornando mais difícil para indivíduos enfrentarem a tempestade da Depressão. Os cortes no subsídio de desemprego foram acompanhados por uma ‘prova de insuficiência económica’ (TURVEY, 2008). A introdução de tal medida ajudou a sugerir e reforçar a ideia de que os indivíduos eram os culpados por sua própria pobreza. Tal medida não é diferente do atual contexto de austeridade, Selina Todd (2014, p. 62) observa que “havia uma suposição persistente feita pelos poderosos e privilegiados que a ociosidade deliberada dos pobres causava pobreza”. As famílias que receberam esse benefício foram rotuladas como um “fardo pesado”, uma “raça sem trabalho” e aquilo que as doações que recebiam eram o motivo da sua “impotência” (TODD, 2014, p. 68). Os padrões morais das mulheres foram especificamente julgados. Por exemplo, em meados do século, devido à diminuição dos padrões de vida, áreas da classe trabalhadora registraram dez óbitos maternos por 1000 nascidos vivos (TODD, 2014, p. 85). Deve-se notar que a taxa usual de doações era de 75 centavos de libras por semana para homens e mulheres e cerca de 25 centavos por cada criança. No entanto, a Associação Médica Britânica estimou que uma família de dois adultos e três crianças precisavam de pelo menos £ 1,12 para se alimentar por uma semana. Em 1931, a doação foi reduzida em 10% (TURVEY, 2008, n.p.). Consecutivamente, a resposta do governo e da mídia a esta crise foi a culpa das vítimas. Todd (2014, p. 86) cita um editorial do Times Newspaper de 1934, que culpou “a ignorância de muitas mães jovens” por seu maior risco de morte durante o parto.

---

<sup>9</sup> Um homem sem trabalho tinha direito a benefícios no âmbito do regime de seguro desemprego, conhecido como “*dole*” (“doação”), que era pago pelos primeiros seis meses.

As mulheres também foram responsabilizadas pelo desemprego em massa criado pela Depressão na indústria e na fabricação - reforçando a pressão para erradicar as mulheres da força de trabalho. As mulheres solteiras eram especialmente ultrajadas na mídia. Durante este período, o governo estabeleceu o benefício de desemprego para as mulheres a uma taxa menor que a dos homens. Como observa Sue Bruley (1999), as mulheres da classe trabalhadora, portanto, retornaram de forma involuntária a empregos ainda mais impopulares e mal remunerados, como o serviço doméstico, ou foram colocadas lá pelas Bolsas de Trabalho. Uma vez que se recusassem a realizar tais trabalhos, eram lhes negado o subsídio de desemprego, e alternativa era a fome. As mulheres de classe média, no entanto, se beneficiaram de oportunidades melhores no mercado de trabalho, no qual as mulheres representavam cerca de um quarto dos postos na função pública em 1935. Eram ocupações principalmente em escritórios e administrativas, ao invés de empregos técnicos e profissionais, que ainda eram dominados pelos homens. Com o retorno das mulheres da classe trabalhadora para papéis domésticos, o emprego das mulheres de classe média também ajudou a reforçar os estereótipos tradicionais do que seria o trabalho das mulheres (WARE, 1981). Um retorno ao “culto de domesticidade” também surgiu durante a década de 1930, de acordo com a ideologia dominante (mas contraditória) dos tempos, ditando que o lugar ideal da dona de casa era em casa (*ibid*). As mulheres em seu papel como donas de casa e mães foram forçadas a “manter as contas em dia”, gerindo a casa com um orçamento limitado (ZWEINIGER-BARGIELOWSKA, 2000, p. 99), obrigadas a assumir papéis ainda mais importantes em suas casas, sendo oferecidas obrigações extras através da transferência estatal da responsabilidade. As mulheres, portanto, desempenhavam frequentemente papéis que não eram reconhecidos como ajuda para que o país atravessasse a Depressão.

Durante a década de 1940, no contexto dos gastos de guerra, as ideias anti-austeridade defendidas por John Maynard Keynes em sua Teoria Geral de Emprego, Interesse e Dinheiro (1936) ganharam proeminência e as doutrinas pró-austeridade desapareceram. Sugerindo que um aumento nas despesas do governo, cortes de impostos e expansão monetária poderia ser

usado para combater a depressão, a teoria de Keynes, combinada a um crescente consenso de que o governo deveria tentar estabilizar o emprego, levou à adoção de uma política muito mais ativista. Nas eleições gerais de 1945, o Partido Trabalhista, liderado por Clement Attlee, foi eleito por uma maioria esmagadora, introduzindo reformas na economia britânica. Tal como acontece com outros países ricos, as economias foram baseadas em mercados livres e propriedade privada, mas foram cuidadosamente orientadas e reguladas por estados democráticos de bem-estar keynesianos (EVANS; SEWELL JR, 2013, p. 1). As políticas públicas e as instituições públicas visavam proteger os cidadãos contra os riscos e a volatilidade dos mercados, ao mesmo tempo que forneciam bens coletivos que promoveriam o bem-estar - como a habitação, os cuidados de saúde, as pensões de velhice e o seguro-desemprego - que não eram fornecidos pelos mercados. Nesse tipo ideal de “capitalismo do bem-estar”, o mercado não era mais “auto-regulador”, mas estava alinhado com as prioridades sociais por meio da ação do Estado. A expansão do crescimento de 1947 a 1973, denominado “Era de Ouro” do capitalismo (HOBSBAWM, 1994), baseou-se em um compromisso de classe entre capital e mão-de-obra, que promoveu aumentos de produtividade por meio do apoio à infra-estrutura social e investimentos em infra-estrutura física, pesquisa e desenvolvimento. A distribuição de renda mais igualitária também gerou o crescimento econômico, promovendo aumentos sem precedentes na demanda por bens manufaturados e habitação com o avanço do consumo em massa. Os países capitalistas avançados pareciam, durante este período, encerrados a uma espiral virtuosa sempre crescente de aumento da produtividade, o que permitiu o aumento dos salários, a crescente demanda, altos lucros e o aumento do investimento, o que, por sua vez, assegurou novos aumentos na produtividade (EVANS; SEWELL, 2013). No entanto, a hierarquia de gênero e racial não estava isenta desses arranjos. Sobre as relações de gênero desiguais (bem como “raça”, deficiência, idade e sexualidade) Williams, aponta os “regimes de bem-estar social, seus resultados, organização do trabalho [...] a prestação de serviços, pressões políticas e ideologias e padrões de consumo” (apud JENSEN; TYLER, 2015, p. 3).

Nas três últimas décadas do século XX, o quadro político econômico do mundo sofreu uma transformação de longo alcance, passando de uma forma centrada no estado para uma forma neoliberal. Antes da crise de 1973 e, apesar da prosperidade criada pelo Estado de bem-estar social, uma crise cultural e política ao final dos anos 1960 e início da década de 1970 marcou um período de desilusão com o status quo. O então chamado “acordo cidadão-capitalista” se rompeu durante a politicamente explosiva década de 1960. Os movimentos sociais de massa - direitos civis, libertação das mulheres, movimento anti-guerra - foram parte dessa mudança. Além disso, o modelo “virtuoso” do crescimento fordista se confrontou com seus limites endógenos (DARDOT; LAVAL, 2013, p. 152), o abrandamento da produtividade como resultado do equilíbrio do poder industrial e subsequente alto desemprego. A coexistência dos dois fenômenos - alta inflação e alto desemprego - parecia descreditar as ferramentas da política econômica - em particular, o impacto positivo da despesa pública sobre o nível de demanda e o nível de atividade, a começar pelo nível de emprego (DARDOT; LAVAL, 2013). A estagnação pareceu assinar o certificado de óbito da arte keynesiana de “administrar a conjuntura”, que até então havia assumido um equilíbrio entre a inflação e a recessão (EVANS; SEWELL, 2013).

O embargo do petróleo árabe em 1973, precipitado pelo envolvimento pró-israelense dos EUA na guerra de Yom Kippur e a estagflação prolongada após a retirada de Richard Nixon do acordo de Bretton Woods levou a uma queda no mercado de ações e a uma profunda recessão no final de 1973 a 1975. Os estados dos países capitalistas avançados responderam inicialmente à crise econômica da década de 1970 com iniciativas que eram variantes de políticas de estado já existentes - por exemplo, programas de estímulo fiscal, extensão de gastos sociais ou políticas de renda. O fato de que essas iniciativas foram geralmente julgadas como falhas contribuiu muito para manchar a reputação do keynesianismo e das iniciativas centradas no estado. Quando a crise cultural e política foi agravada por uma crise econômica no início da década de 1970, a síntese aparentemente estável da centralidade do estado no mundo político e econômico do pós-guerra começou a se separar (EVANS; SEWELL, 2013). O viés individualista

e anti-estatal tão característico da época proporcionou um terreno frutífero para o avivamento de uma grande variedade de ideias políticas liberais e permitiu um afastamento do keynesianismo, quebrando a crença na capacidade de regulamentação governamental dos mercados.

Tal como o regime liberal anterior, a ordem de gestão capitalista pelo Estado se dissolveu no decurso de uma crise prolongada durante a década de 1970. O neoliberalismo entrou no campo político do Reino Unido, “por um lado, por meio das restrições orçamentais impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) à um relutante governo trabalhista, como condição de assistência ao caos estabelecido na década de 1970 e, por outro lado, através de movimentos dentro do partido conservador, em oposição, onde os esquemas de percepção da futura primeiro-ministro, Margaret Thatcher, se consolidaram e triunfaram” (ATKINSON, 2013, p. 3).

A liderança de Thatcher no Reino Unido, juntamente com a administração de Ronald Reagan nos Estados Unidos, caracterizou-se pela privatização, desregulamentação, e reviravolta e retirada do “estado babá” de muitas áreas de provisão social (GILL; SCHARFF, 2011, p. 6). Os efeitos foram triplicados. Em primeiro lugar, “as políticas econômicas do governo conservador até a década de 1980 sofreram graves e duradouras consequências materiais e estruturais” (ATKINSON, 2013, p. 3), criando uma severa divisão entre ricos e pobres. Essa situação foi acompanhada, em segundo lugar, por intenso trabalho simbólico destinado a desacreditar e a vencer a categoria de “classe”, substituindo-a por sinônimos alternativos que se adequassem e perpetuassem a visão de mundo neoliberal (SKEGGS, 2004). O estado de bem-estar social, visto como em crise permanente, foi repensado como promotor de formas tóxicas de “dependência do bem-estar” entre os cidadãos, considerando ter um efeito estagnante sobre o crescimento econômico e a prosperidade nacional. Em uma reviravolta brilhante do imaginário da década de 1940, o “bem-estar” passou a ser compreendido como uma ampla gama de meios políticos, sociais e culturais causadores da pobreza e dos problemas sociais: incluindo a “falta de emprego intergeracional”, a dependência de drogas, comportamentos anti-sociais, “famílias problemáticas”, gravidez na adolescência, crimes e outros

“males sociais”. De fato, a ideia de que um estado de bem-estar “inchado” é responsável pela persistência de problemas sociais entrincheirados “levou a medidas de reforma e redução que provocaram controvérsias muitas vezes amargas em praticamente todas as esferas, desde hospitais e escolas até benefícios de segurança social” (apud JENSEN; TYLER, 2015, p. 3).

A redução das taxas de crescimento associadas a princípio à crise do petróleo em 1973 e mais tarde a uma recessão mais intensa na década de 1980 afetou mulheres e homens em diferentes graus. A ideia da “recessão masculina” tornou-se predominante devido ao impacto que o desemprego teve em setores de emprego específicos, como a fabricação. Durante o mesmo período, as jovens mulheres brancas aumentaram a participação na força de trabalho e fizeram alguns ganhos salariais, no entanto, a recessão afetou as mulheres de forma diferente de acordo com sua idade, estado civil, localização geográfica, raça e etnia. Além disso, a retórica da “família” também foi usada para fornecer uma legitimação ideológica para as políticas de recessão e austeridade (GARDINER, 1983, p. 7). Por exemplo, a filosofia enfatizou a necessidade de devolver a responsabilidade e a escolha à família, duas coisas que, segundo ela, foram corroídas pelo crescimento do estado de bem-estar social. No entanto, os efeitos práticos das políticas de austeridade associadas à filosofia foram, por exemplo, diminuir o valor real dos benefícios e privatizar os serviços. As mulheres foram afetadas desproporcionalmente por esses cortes na saúde, educação, habitação e serviços sociais. A ênfase foi colocada mais sobre o controle parental das crianças e sobre a família como instituição central em uma sociedade individualista e competitiva, que, às vezes, demandava um retorno aos valores patriarcais. As mães solteiras foram entendidas como uma ameaça social, taxadas “como um dreno das despesas públicas e como uma ameaça para a estabilidade e a ordem associadas à família tradicional monogâmica” (LISTER, 2002, p. 115).

Ao longo dos anos 1980 e 1990, uma variedade de políticas baseadas no mercado - por exemplo, desregulamentação, privatização e acordos de livre comércio - foram adotadas por todos os estados capitalistas. No início dos anos 90, ficou claro que uma mudança na onda neoliberal havia adentrado nos pressupostos dominantes da teoria econômica, da ideologia

política e dos paradigmas políticos. Embora Bill Clinton e Tony Blair criticassem os excessos de Reagan e Thatcher, foi durante o auge de sua liderança que um regime global de política internacional neoliberal foi codificado e instanciado organizacionalmente em órgãos como a Organização Mundial do Comércio (BRENNER; PECK; THEODORE, 2010).

Assim, quando o Partido Trabalhista entrou no cargo no Reino Unido em 1997, as paisagens materiais, simbólicas e políticas mudaram muito pouco. Como Atkinson observa:

O crescimento econômico foi valorizado em relação à qualidade econômica, e assim, enquanto o salário mínimo e as medidas para reduzir a pobreza (*work fare*) tiveram algum efeito sobre as condições de existência, a relutância em distribuir a riqueza de cima para baixo se baseando no fato de que “indivíduos talentosos” buscariam então recompensas em outros lugares no mercado de trabalho global, além da chamada abordagem de “leve toque” para a regulação do setor financeiro visando atrair aqueles que buscam recompensas econômicas, assegurou que as taxas de desigualdade e a dispersão da estrutura de classe continuassem (ATKINSON, 2013, p. 4).

Além disso, seguindo da retórica de Tory, a linguagem de classe foi “expurgada do léxico legítimo”, se concentrando mais em comunidades nas quais a “problemática” estava socialmente excluída do resto. Os indivíduos eram vistos mais como “clientes” e “consumidores” com propriedade de bens e serviços entendidos como o caminho legítimo para o reconhecimento. Os bancos desregulados e globalmente interligados foram rápidos em fornecer crédito, dando hipotecas e empréstimos aos que não possuíam capital para reembolsá-los. Esse cenário resultou na crise bancária e na crise de crédito de 2007-2008. As repercussões econômicas em todo o mundo, o sistema neoliberal, ou o capitalismo global de livre mercado, que passou a dominar o mundo desde 1980, implodiram (HALL *et al*, 2013).

### **A era presente da austeridade: da dívida ao déficit**

Tendo discutido as mudanças históricas do liberalismo para o neoliberalismo e as crises que permitiram tais mudanças, nas seções a seguir, tendo como foco especificamente a crise atual, desenvolverei os argumentos examinados na primeira parte deste artigo, detalhando os aspectos econômicos, políticos e morais característicos da austeridade. Em

seguida, chamarei a atenção especial para a construção de gênero de suas reivindicações, processos e efeitos.

A explosão da bolha imobiliária nos EUA em 2007 e a queda do Lehman Brothers Bank em 2008 causaram o colapso do sistema financeiro global e desencadearam a crise econômica mais profunda e prolongada após 1929 (RUBERY; RAFFERTY, 2014). O Reino Unido entrou na crise financeira comparativamente no início do verão de 2007 e, assim como a crise econômica da década de 1970, o colapso financeiro global questionou o pensamento político-econômico que a produziu. Como Dardot e Laval (2013, p. 1) têm discutido, muitos na Europa e nos EUA pensaram que a crise financeira havia soado como o “golpe de morte do neoliberalismo” e que a nova época veria o “retorno do estado” e “regulamentação do mercado”. Joseph Stiglitz, por exemplo, foi citado em *Berliner Zeitung* em outubro de 2008 dizendo que “o neoliberalismo como o Consenso de Washington está morto na maioria dos países ocidentais”. As “Vigílias pelo Neoliberalismo” foram postadas por toda internet em 2008-2009 (MIROWSKI, 2013, p. 33), com líderes políticos aderindo ao movimento ou, com o presidente francês Nicolas Sarkozy, anunciando a reabilitação do intervencionismo do governo na economia. No entanto, esse pensamento era prematuro; “longe de prejudicar as políticas neoliberais, a crise levou a seu reforço dramático na forma de planos de austeridade implementados por estados cada vez mais ativos na promoção da lógica da concorrência nos mercados financeiros” (DARDOT; LAVAL, 2013, p. 1).

Em outubro de 2008, na tentativa de estabilizar a economia, o governo do Reino Unido, liderado pelo Primeiro Ministro, do Novo Partido Trabalhista (*New Labour*), Gordon Brown, anunciou um pacote de resgate bancário de 500 milhões de libras com o objetivo de restaurar a confiança do mercado e apoiar o sistema bancário britânico, nacionalizando três principais bancos do Reino Unido. Forneceu uma gama de créditos a curto prazo e garantias de empréstimos interbancários, bem como até £ 50 bilhões de investimento estadual nos próprios bancos (ver MENDOZA 2015; MIROWSKI, 2014; BLYTH, 2013). Isso ajustou temporariamente a relação entre o mercado e o estado, no qual o estado foi visto como sustentando o sistema bancário e



onde a dívida privada foi convertida em dívida pública pelo programa de resgate bancário (MENDOZA, 2015). Em janeiro de 2009, o governo anunciou um segundo pacote de medidas para ajudar os bancos em dificuldades da Grã-Bretanha, em meio a um aumento do desemprego e a uma crescente instabilidade econômica.

Em um avanço rápido de maio de 2010 em diante, o Novo Partido Trabalhista, que em grande parte foi responsabilizado pela crise econômica, perdeu as eleições gerais e encerrou seus 13 anos no poder. Dentro de semanas, como outros governos europeus, o governo da Coalizão Conservador-Liberal reuniu seu “orçamento de emergência” e, posteriormente, seu “pacote de austeridade”, preocupados com a redução do déficit, a redução das despesas públicas e a diminuição dos benefícios sociais e dos pagamentos. Os temores dos acadêmicos e dos economistas em relação ao fato de que a imposição de medidas de austeridade em economias já deprimidas aprofundaria a depressão e atrasavam a recuperação foram casualmente descartados; proibição fiscal, o público assegurado, inspiraria confiança empresarial, e tudo ficaria bem (KRUGMAN, 2015). “Austeros”, nos disse no espírito de Margaret Thatcher, “não havia alternativa”.

O governo declarou originalmente que o programa duraria um período de cinco anos. Em 2014, o Tesouro prolongou o período planejado de austeridade até pelo menos 2018, para tentar estabilizar ainda mais a economia. Em 2015, esse período foi ampliado para 2020. Após o referendo da UE no Reino Unido de 2016, o chanceler do Tesouro, George Osborne (2010-2016), estimou que o objetivo de eliminar o déficit até 2020 não era mais realista (GOODMAN, 2016). Seu sucessor, Philip Hammond (2016-dias atuais), desde então continuou com o programa de austeridade, mas abandonou os planos para erradicar o déficit até 2020 (WILKINSON, 2016, PARKER; JACKSON, 2017, CHAKELIAN, 2017).

### **O gênero da austeridade**

Conforme observado na seção anterior deste artigo, a austeridade não pode ser simplesmente entendida como apenas um programa econômico de cortes e reformas fiscais. A austeridade é mais complexa. Assim, para

entender completamente os diferentes aspectos e características da austeridade, é imprescindível ir além dessa compreensão unidimensional. Os estudiosos escreveram extensivamente sobre os diferentes aspectos e características da austeridade. Sara De Benedictis e Rosalind Gill (2016) descrevem a austeridade como “um campo de luta ideológica e ‘discursiva’, promulgada e desempenhada pelo Estado em locais públicos e na cultura popular de maneiras particulares, com resultados materiais” (n.p.). Portanto, a política de austeridade tem uma dimensão ideológica. Marcada como uma “ideia perigosa”, implantada em diferentes momentos e em diferentes contextos, Mark Blyth (2013) argumenta que a austeridade é um meio de fornecer às elites políticas uma plataforma pronta para executar sua vontade política. John Clarke e Janet Newman (2012, p. 2) se concentram particularmente no contexto atual, e vão mais longe nas especificidades desse argumento descrevendo a “alquimia da austeridade” e a “mudança de forma” como sua própria natureza. Eles observam que a austeridade pode ser entendida como uma ideia, devido à forma como foi construída e re-trabalhada, pelos chamados “magos políticos e financeiros”. Argumentam que o local da crise foi deslocado do setor privado para o setor público, transformado de uma crise financeira em uma crise fiscal, passando de uma crise localizada nos setores bancário e financeiro, a uma crise global. A crise, eles afirmam, foi “ideologicamente reformulada a partir de um problema econômico (como resgatar bancos e restaurar a responsabilidade do mercado) para um problema político (como atribuir culpa e responsabilidade)” (*ibid*; veja também KRUGMAN, 2012, 2015; JENSEN, 2014; BLYTH, 2013; PIKETTY, 2013; GRAEBER, 2013). Austeridade, como política econômica, é, portanto, produzida pelo estado.

A austeridade tem sido construída como a solução de senso comum para a questão da dívida. Austeridade é promulgada através de imperativos morais, que enfatizam as consequências desastrosas de não se reduzir o déficit, enquadrando o sistema de assistência social fora de controle como a causa da crise, precisando, portanto, ser desmantelado, e apresentando a austeridade como a única resposta viável. A questão do bem-estar sempre foi uma questão contestável - de modo algum essa discussão anti-bem-estar foi

provocada pela austeridade. No entanto, intensificou-se com o projeto de austeridade, já que a austeridade tornou-se firmemente enraizada em toda a economia como a única resposta à questão do bem-estar (JENSEN, 2012, 2013b, 2014). Isto é, apesar das falácias inerentes a tais discussões, que, por exemplo, afirmam que as despesas de assistência social levaram à recessão e à dívida (KRUGMAN, 2015, BLYTH 2013; KOTZ, 2015; STIGLITZ, 2012; GRAEBER, 2013; ARTHUR; INMAN, 2013; ELLIOT, 2013). O encerramento de alternativas pode, portanto, ser entendido como um mecanismo ideológico chave, uma vez que estabelece uma visão singular das circunstâncias e soluções econômicas, tornando ilegítimas posições contrárias (JARRETT, 2014, p. 145).

A legitimação da austeridade pelo estado foi feita em termos morais de gênero. Como Clarke e Newman (2012, p. 11) observam: “a política contemporânea de austeridade combina uma lógica econômica com um particular apelo moral (sacrifício e sofrimento compartilhados, justiça, liberdade, sentido de obrigação coletiva)” (veja também MORRIS, 2016; HARVIE; MILBURN, 2013). Quando defendem a austeridade, Liam Stanley (2013) argumenta que, os políticos comparam a capacidade e as finanças do estado com uma casa. Quando o estado é comparado a uma dimensão doméstica, parece que todos somos culpados pela crise. Reduzir a dívida é, portanto, experimentado como um imperativo moral, já que todos precisamos viver de acordo com nossos meios (veja também FORKERT, 2014). No entanto, a ideia da “casa” tem uma conotação especificamente baseada em gênero. Ela coloca o ônus sobre os cidadãos - especificamente as mulheres - em “ajudar o país a se recuperar da crise”. O papel dos cidadãos (femininos) é, portanto, conduzir-se de acordo com os valores de empresa, a resiliência, economia, trabalho árduo e produtividade econômica em casa e no local de trabalho (ver ALLEN *et al*, 2015; JENSEN, 2012, 2013a; EVANS, 2015, 2016, 2017).

Essa sensação de culpa e obrigação coletiva não é a única utilidade da economia moral (de gênero). O programa também produz e reforça divisões e culpas dentro da população, através das figuras binárias de “preguiçoso” (*skiver*) e “esforçado” (*striver*). O “preguiçoso” (o desempregado, a mãe

solteira, o imigrante, o doente e o incapacitado) é entendido como economicamente improdutivo (o trabalho não remunerado e de cuidados não são reconhecidos) e carente de normas de bom comportamento (indisciplinado, caótico e irresponsável). Essa forma de austeridade moral compartilha semelhanças com formas anteriores de moralismo, principalmente a observação de que grupos específicos na sociedade se aproveitam do trabalho duro da maioria (FORKERT, 2014, p. 43; HALL *et al.*, 1978; HANCOCK, 2004; TYLER 2008, TODD, 2014). Esses binários (de gênero, classe e raça) são, como argumenta Tracey Jensen (2013b, n.p.), “polarizadores, projetados para censurar, acusar e condenar, descontextualizar e individualizar a culpa pela estagnação da mobilidade social e as condições de pobreza e desemprego – no lugar das desigualdades estruturais produzidas sistematicamente pelas economias neoliberais”. Eles também são “projetados para produzir ou obter um consenso para a resignificação do bem-estar e das razões para o aprofundamento das desigualdades” (ibid; veja também MONTGOMERIE; TEPE-BELFRAGE, 2016).

Tais sensibilidades e posições subjetivas também são legitimadas simbolicamente dentro da esfera cultural (JENSEN; TYLER, 2015; JENSEN, 2014). Como Raynor destaca, “casos excepcionais são feitos grotescos, a fim de estereotipar os requerentes de benefícios e produzir e / ou alimentar o apetite público pelo que foi descrito como ‘pornografia de pobreza’” (RAYNOR, 2016a, p. 28). Isso, ela continua, demonstra como “uma confusão dos discursos culturais e políticos de austeridade incluem tanto um senso de que a) estamos ‘todos juntos’ e, portanto, todos coletivamente responsáveis por assumir o controle do excesso, quanto que b) a responsabilidade pode e deve ser tomada por alguém ou algo em outro lugar (mais comumente aqueles que são figuras excessivas e não dignas)” (IBID).

Desde que a recessão chegou, as organizações do setor acadêmico e feminino tem escrito extensivamente sobre as experiências de austeridade das mulheres (WALBY, 2009; FAWCETT SOCIETY, 2013, WBG, 2012; NEWN; WRC, 2012; KARAMESSINI; RUBERY, 2013; BRAMALL, 2013). Existe um reconhecimento explícito de que as mulheres carregam o peso da estratégia de redução do déficit e estão cada vez mais desproporcionalmente

desfavorecidas (ver FAWCETT SOCIETY 2012; WOMEN'S BUDGET GROUP 2011, 2013). Os registros da Biblioteca da Câmara dos Comuns mostram que, até 2020, haverá aproximadamente 90 mil milhões de libras esterlinas em cortes feitos pelo programa de austeridade (CRACKNEL; KEEN, 2016). 86% desses cortes caíram sobre mulheres, 14% em homens (IBID). Estes dados traduzem-se em uma série de cortes no orçamento. Como Taylor-Gooby argumenta, “é difícil evitar a impressão de que alguns [...] no governo estão aproveitando a oportunidade de implementar políticas que aprofundem as divisões sociais e prejudiquem a contribuição da provisão social comum ... para a coesão social” (2013, p. viii).

A literatura também destacou o impacto desproporcional da austeridade em grupos específicos de mulheres - mães solteiras e mulheres solteiras que estão desempregadas ou com emprego de baixa renda (PEARSON E ELSON, 2015), de origens da classe trabalhadora, ou negras, asiáticas e de outras minorias étnicas (TUC, 2012, 2015; SANDHU; STEVENSON, 2015; WBG; RUNNYMEDE TRUST, 2017), mulheres jovens e mulheres mais velhas (WBG, 2012, 2013; TUC, 2015), mulheres com deficiência (WOOD; CHEETMAN; GREGORY, 2012) e mulheres nas regiões do norte do Reino Unido (NEWN; WRC, 2012). Por exemplo, as organizações *Women's Budget Group* e o *Runnymede Trust* (2017) realizaram uma análise distributiva cumulativa das mudanças de impostos e benefícios desde 2010 e descobriram que as mulheres são mais atingidas do que os homens em todos os grupos de renda, com as mulheres de minorias/grupos racializados particularmente atingidas. Até 2020, as mulheres asiáticas em algumas das famílias mais pobres estarão £ 2.247 piores. As mães solteiras negras e asiáticas podem perder £ 3,996 e £ 4,214, respectivamente, devido as mudanças, cerca de 15 e 17% de seu lucro líquido. Isso ilustra que a austeridade não é apenas distinta e inerentemente de gênero, mas também é uma condição socialmente desigual que exacerba as desigualdades sociais e econômicas pré-existentes.

## **Conclusão**

Para concluir, este artigo estabeleceu o quadro da política de austeridade. Ao definir, contextualizar e rastrear suas origens, modalidades

e afetos dentro de um contexto do Reino Unido, tornou-se possível uma compreensão mais completa da austeridade em suas formas específicas. A análise demonstrou a importância de conectar a austeridade no presente com seus legados históricos, mostrando como, apesar das formas específicas, a austeridade precisa ser entendida não apenas como um projeto econômico, mas um projeto político-moral. Foi através dessa análise que as experiências das mulheres sobre a crise puderam ser avaliadas. Esse exame demonstrou que a austeridade tem sido historicamente e atualmente um grande fardo para as mulheres. Assim, ao desvelar as reivindicações, processos e efeitos de gênero nesses diferentes tempos que permitiram uma compreensão mais profunda das experiências das mulheres, mas também desenterraram o impacto diferencial que esses momentos particulares tiveram sobre as mulheres, devido aos seus diferentes marcadores sociais de classe e “raça”. Assim, demonstrando que a austeridade não é apenas distinta e inerentemente de gênero, mas também é uma condição socialmente desigual que exacerba as desigualdades sociais e econômicas preexistentes.

### Referências Bibliográficas

ALLEN, Kim., MENDICK, Heather., HARVEY, Laura; AHMAD, Aisha. Welfare Queens, Thrifty Housewives, and Do-It-All Mums. In: **Feminist Media Studies**, v. 15, n. 6, 2015.

ARTHUR, Charles; INMAN, Phillip. The error that could subvert George Osborne's austerity programme [Online]. **The Guardian**, 18th April, 2013. Disponível em: <https://www.theguardian.com/politics/2013/apr/18/uncovered-error-george-osborne-austerity>. Acesso em: 23/01/14.

ATKINSON, Will. Economic Crisis and Classes Everyday Life: Hysteresis, Positional Suffering and Symbolic Violence. In ATKINSON, Will; ROBERTS, Steven; SAVAGE, Mike. (eds.) **Class Inequality in Austerity Britain: Power, Difference and Suffering**. Farnham: Palgrave Macmillan, 2013.

BERNSTEIN, Elizabeth; JAKOBSEN, Janet. Introduction [Online]. **The Scholar and Feminist Online**, 11.1 – 11.2, 2013. Disponível em: <http://sfonline.barnard.edu/gender-justice-and-neoliberal-transformations/introduction>. Acesso em: 13/02/2015.

BIRESSI, Anita; NUNN, Heather. **Class and Contemporary British Culture**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2013.

BLYTH, Mark. **Austerity: The History of a Dangerous Idea**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

BOURDIEU, Pierre. Structures, Habitus, Power: Basis for a Theory for Symbolic Power, In: DIRKS, Nickolas., ELEY, Geoff.; ORTNER, Sherry. **Culture/Power/History: A Reader in Contemporary Social Theory**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1994.

\_\_\_\_\_. **The Weight of the World**. Cambridge: Polity, 1999.

BRAMALL, Rebecca. **The Cultural Politics of Austerity: Past and Present in Austere Times**. Basingstoke: Palgrave MacMillan, 2013.

BRENNER, Neil; PECK, Jamie; THEODORE, Nik. After Neoliberalization? **Globalizations**, v. 7, n. 3, 2010.

BROWN, Wendy. Neo-liberalism and the end of liberal democracy, **Theory & Event**, v. 7, n. 1, 2005.

CHAKELIAN, Anoosh. What welfare changes did Philip Hammond make in his Budget 2017? [Online]. **The New Statesman**, 8th March, 2017. Disponível em: <http://www.newstatesman.com/politics/welfare/2017/03/what-welfare-changes-did-philip-hammond-make-his-budget-2017>. Acesso em: 1/09/17.

CLARKE, John; NEWMAN, Janet. The alchemy of austerity, **Critical Social Policy**, v. 32, n. 3, 2012.

CRACKNEL, Richard; KEEN, Richard. **Briefing Paper Number SN06758 Estimating the gender impact of tax and benefits changes**. London: House of Commons Library, 2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **The New Way of the World: On Neoliberal Society**. London: Verso, 2013.

DAVIES, Will. **The Limits of Neoliberalism: Authority, Sovereignty and the Logic of Competition**. London: Sage, 2014.

DE BENEDICTIS, Sara; GILL, Rosalind. Austerity Neoliberalism: a new discursive formation [Online]. **Open Democracy UK**, 16th July, 2016. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/uk/austerity-media/sara-de-benedictis-rosalind-gill/austerity-neoliberalism-new-discursive-formation>. Acesso em: 24/08/17.

ELLIOT, Larry. Reinhart and Rogoff's latest paper warns on financial repression [Online]. **The Guardian**, 20th November, 2013. Disponível em: <http://www.theguardian.com/business/economics->

blog/2013/nov/20/reinhart-rogooff-latest-paper-harvard-financial-repression. Acesso em: 3/06/17.

ELLIOT, Larry; INMAN, Phillip; SMITH, Helena. IMF admits: we failed to realise the damage austerity would do to Greece [Online]. **Guardian**, 5th June, 2013. Disponível em: <https://www.theguardian.com/business/2013/jun/05/imf-underestimated-damage-austerity-would-do-to-greece>. Acesso em: 4/10/15.

EVANS, Mary. Feminism and the implications of austerity, **Feminist Review**, v. 109, n. 1, 2015.

\_\_\_\_\_. Women and the politics of austerity: New forms of respectability, **British Politics**, v. 11, n. 4, 2016.

\_\_\_\_\_. **The Persistence of Gender Inequality**. Cambridge: Polity Press, 2017.

EVANS, Peter; SEWELL, William. Neoliberalism, in HALL, Peter. AND LAMONT, Michelle. **Social Resilience in the Neoliberal Era**. Massachusetts, Harvard University Press, 2013, pp. 35-68.

FLEW, Terry. Foucault, Weber and Neoliberal Governmentality [Online]. **Theory, Culture and Society Online**, 20th April, 2015. Disponível em: <http://theoryculturesociety.org/terry-flew-on-foucault-weber-and-neoliberal-governmentality>. Acesso em: 4/09/15.

FORKERT, Kristen. The new moralism: austerity, silencing and debt morality, **Soundings**, London, v. 56, n. 13, 2014.

FOUCAULT, Michel. **The Birth of Biopolitics**: lectures at the Collège de France, 1978-1979. New York: Palgrave Macmillan, 2008.

GANE, Nicholas. Sociology and Neoliberalism: A Missing History, **Sociology**, v. 48, n. 6, 2014.

GAMBLE, Andrew. Neo-Liberalism, **Capital and Class**, v. 25, n. 1, 2001, pp. 127-134.

GARDINER, Jill. Women, Recession and the Tories. In: HALL, Stuart; JACQUES Martin, **The Politics of Thatcherism**, 1983.

GILBERT, Jeremy. What Type of Thing is 'Neoliberalism'? **New Formations**, v. 80, n. 1, 2014. <sup>[1]</sup><sub>[SEP]</sub>

GILL, Rosalind; SCHARFF, Christina. **New femininities**: postfeminism, neoliberalism and subjectivity. Basingstoke: Palgrave, 2011.

GOODMAN, Peter. Europe May Finally End Its Painful Embrace of Austerity [Online]. **New York Times**, 7th October, 2016. Disponível em:



<https://www.nytimes.com/2016/10/08/business/international/europe-economy-budget-austerity.html?mcubz=3>. Acesso em: 17/10/16.

GOWAN, Teresa. Thinking Neoliberalism Gender and Justice [Online]. **The Scholar and Feminist Online**, 2012, 11.1 – 11.2. Disponível em: <http://sfonline.barnard.edu/gender-justice-and-neoliberal-transformations/thinking-neoliberalism-gender-justice/>. Acesso em: 17/09/14.

GRAEBER, David. There's no need for all this economic sadomasochism [Online]. **The Guardian**, 21st April, 2013. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2013/apr/21/no-need-for-economic-sadomasochism>. Acesso em: 7/09/14.

HALL, Stuart *et al.* **Policing the Crisis: Mugging, the State and Law and Order**. London: Palgrave Macmillan, [1978] 2013.

HALL, Stuart; MASSEY, Doreen; RUSTIN, Michael. After neoliberalism: Analysing the present, **Soundings**, v. 53, 2013.

HANCOCK, Anne-Marie. **The Politics of Disgust: The Public Identity and the Welfare Queen**. New York: New York University Press, 2004.

HARVEY, David. **A Brief History of Neoliberalism**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

HARVIE, David; MILBURN, Keir. The moral economy of the English crowd in the twenty-first century, **South Atlantic Quarterly**, v. 112, n. 3, 2013.

JARRETT, Kylie. The Alternative to Post-Hegemony: Reproduction and Austerity's Social Factory, **Culture Unbound: Journal of Current Cultural Research**, v. 6, n. 8, 2014.

JENSEN, Tracey. Tough love in tough times, **Studies in The Maternal**, v. 4, n. 2, 2012.

\_\_\_\_\_. Riots, Restraint and the New Cultural Politics of Wanting', **Sociological Research Online**, v. 18, n. 4:7, 2013.

\_\_\_\_\_. We must understand the cultural, as well as the economic, dimensions of austerity [Online]. **British Politics and Policy Blog**, 18th February, 2013b. Disponível em: <http://blogs.lse.ac.uk/politicsandpolicy/parent-blame-in-austere-times/>. Acesso em: 1/05/17.

\_\_\_\_\_. Welfare commonsense, poverty porn and doxosophy, **Sociological Research Online**, v. 19, n. 3, 2014.

JENSEN, Tracey; TYLER, Imogen. Benefits broods: The cultural and political crafting of welfare common sense, **Critical Social Policy**, v. 35, n. 4, 2015, pp. 470- 491.

KARAMESSINI, Maria; RUBERY, Jill. **Women and Austerity: The Economic Crisis and the Future for Gender Equality**. London: Routledge, 2013.

KOTZ, David. **The Rise and Fall of Neoliberalism Capitalism**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2015.

KRUGMAN, Paul. **End This Depression Now!** New York: W. W. Norton; Company, 2012.

\_\_\_\_\_. The Austerity Delusion [Online]. **The Guardian**, 29th April, 2015. Disponível em: <http://www.theguardian.com/business/ng-interactive/2015/apr/29/the-austerity-delusion>. Acesso em: 1/05/16.

MENDOZA, Kerry-anne. **Austerity: The Demolition of the Welfare State and the Rise of the Zombie Economy**. Oxford: New International Publications Ltd, 2015.

MIROWSKI, Philip. **Never let a Serious Crisis go to Waste: How Neoliberalism Survived the Financial Meltdown**. London: Verso, 2013.

MIROWSKI, Philip; PLEHWE, Deiter. **The Road From Mount Pelerin: The Making of the Neoliberal Thought Collective**. Cambridge: Harvard University Press, 2009.

MONTGOMERIE, Johnna. AND TEPE-BELFRAGE, Daniela. A Feminist moral-political economy of uneven reform in austerity Britain: Fostering financial and parental literacy, **Globalizations**, v. 13, n. 6, 2016, pp. 890-905.

MORRIS, Lydia. The moral economy of austerity: analysing UK welfare reform, **The British Journal of Sociology**, v. 67, n. 1, 2016, pp. 97-117.

NEWOMEN'S NETWORK AND WOMEN'S RESOURCE CENTRE (NEWN and WRC) **The impact of austerity measures upon women in the north east of England**. Newcastle upon Tyne and London: NEWomen's Network and Women's Resource Centre, 2012.

ONG, Aihwa. **Neoliberalism as Exception: Mutations in Citizenship and Sovereignty**. Durham: Duke UP, 2006.

OSBORNE, George. Conference 2009: George Osborne [Online]. **The Conservative Party**, 6th October, 2009. Disponível em: <https://www.theguardian.com/politics/2009/oct/06/george-osborne-spending-cuts>. Acesso em: 4/02/16.

\_\_\_\_\_. Conference 2012: George Osborne [Online]. **The Conservative Party**, 8th October, 2012. Disponível em: [http://www.cpc12.org.uk/Speeches/George\\_Osborne.aspx](http://www.cpc12.org.uk/Speeches/George_Osborne.aspx). Acesso em: 4/02/14.

\_\_\_\_\_. Osborne's Speech [Online]. **Conservative Home**, 5th October, 2015. Disponível em: <https://www.conservativehome.com/parliament/2015/10/george-osbornes-speech-in-full.html>. Acesso em: 6/10/16.

PARKER, George; JACKSON, Gavin. Philip Hammond insists he will stick with Austerity [Online], **The Financial Times**, 20th June, 2017. Disponível em: <https://www.ft.com/content/3756dc5a-558e-11e7-9fed-c19e2700005f>. Acesso em: 3/08/17.

PIKETTY, Thomas. **Capital in the Twenty-First Century**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2013.

RAYNOR, Ruth. **Holding Things Together (And What Falls Apart...) Encountering and Dramatising Austerity with Women in the North East of England**, Unpublished PhD thesis. Durham University, 2016.

ROSE, Nikolas. **Powers of Freedom: Reframing Political Thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

RUBERY, Jill; RAFFERTY, Antony. Gender, Recession and Austerity in the UK. In Karamessini, Maria. and Rubery, Jill. **Women and Austerity: The Economic Crisis and the Future for Gender Equality**. London: Routledge, 2013.

SKEGGS, Bev. **Class, Self, Culture**. London: Routledge, 2004.

STANLEY, Liam. The Meaning of Austerity [Online], **New Left Project**, 2013. Disponível em: [http://www.newleftproject.org/index.php/site/article\\_comments/the\\_meaning\\_of\\_austerity](http://www.newleftproject.org/index.php/site/article_comments/the_meaning_of_austerity). Acesso em: 7/09/17.

STIGLITZ, Joseph. **The Price of Inequality: How Today's Divided Society Endangers Our Future**. London: W. W. NORTON; COMPANY, 2012.

TAYLOR-GOUBY, Peter. **The Double Crisis of the Welfare State and What We Can Do About It**. Basingstoke: Palgrave, 2013.

THE FAWCETT SOCIETY. **The Impact of Austerity on Women**. London: Fawcett, 2012.

\_\_\_\_\_. **Budget 2013- helping or hurting women?** London: Fawcett Society, 2013.

TODD, Selina. **The People: The Rise and Fall of the Working Class, 1910-2010**. London: John Murray, 2014.

TRADES UNION CONGRESS. **The impact on women of recession and austerity**. London: TUC Congress, 2015.

TURVEY, Rodger. The Depression years in Wales and England 1930 -1939 [Online]. **WJEC**, 2018. Disponível em: [http://resource.download.wjec.co.uk.s3.amazonaws.com/vtc/2013-14/History/Depression/Part\\_1%20Dep.pdf](http://resource.download.wjec.co.uk.s3.amazonaws.com/vtc/2013-14/History/Depression/Part_1%20Dep.pdf). Acesso em: 6/5/14.

TYLER Imogen. 'Chav mum chav scum': class disgust in contemporary Britain, **Feminist Media Studies**, v. 8, n. 1, 2008.

\_\_\_\_\_. **Revoltng Subjects: Social Abjection and Resistance in Neo-liberal Britain**. London: Zed Books, 2013.

WACQUANT, Loïc. Crafting the Neoliberal State: Workfare, Prisonfare, and Social Insecurity, **Sociological Forum**, v. 25, n. 2, 2010.

\_\_\_\_\_. Three steps to a historical anthropology of actually existing neoliberalism, **Social Anthropology**, v. 20, n. 1, 2012.

WARE, Susan. **Beyond suffrage: Women in the New Deal**. Cambridge: Mass, 1981.

WALBY, Sylvia. **Globalization and Inequalities: Complexity and Contested Modernities**. London: Sage, 2009.

WILKINSON, Michael. Philip Hammond warns Britain's economy heading for post- Brexit 'rollercoaster' ride as he drops pledge for budget surplus by 2020 [Online]. **The Telegraph**, 13<sup>th</sup> October, 2016. Disponível em: <http://www.telegraph.co.uk/news/2016/10/03/philip-hammond-budget-surplus-conservative-conference-live/>. Acesso em: 18/10/16.

WOMEN'S BUDGET GROUP. **The Impact on Women of the Budget 2012** [Online]. London: WBG, 2012. Disponível em: <https://wbg.org.uk/wp-content/uploads/2016/12/The-Impact-on-Women-of-the-Budget-2012-FINAL.pdf>. Acesso em: 22/04/2014.

\_\_\_\_\_. **To ensure economic recovery for women, we need Plan F** [Online]. London: WBG, 2013. Disponível em: [https://wbg.org.uk/wp-content/uploads/2013/10/Plan-F\\_WBG-Parties-briefing\\_Sept-2013\\_final.pdf](https://wbg.org.uk/wp-content/uploads/2013/10/Plan-F_WBG-Parties-briefing_Sept-2013_final.pdf). Acesso em: 30/10/2014.

WOMEN'S BUDGET GROUP AND RUNNYMEDE TRUST. **Outcry over NICs hides the biggest losers of government tax and benefit policy** [Online]. London: WBG, 2017. Disponível em: <https://wbg.org.uk/news/outcry-over-nics-hides-the-biggest-losers-of-government-tax-and-benefit-policy/>. Acesso em: 30/10/2014.

ZWEINIGER-BARGIELOWSKA, Ina. **Austerity in Britain Rationing, Controls, and Consumption, 1939 -1955**. Oxford: Oxford University Press, 2000.